

## O MITO GETÚLIO VARGAS: IMAGINÁRIO POPULAR 70 ANOS APÓS SUA MORTE

### THE MYTH OF GETULIO VARGAS: POPULAR IMAGINATION 70 YEARS AFTER HIS DEATH

André Barbosa Fraga<sup>1</sup>

Mayra Coan Lago<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo analisa os resultados da pesquisa intitulada “O mito Getúlio Vargas 70 anos após sua morte”, desenvolvida em 2024 pelo professor e historiador Guilherme José Motta Faria, em parceria com integrantes do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ). O estudo elaborou um formulário com 10 questões sobre impressões a respeito do ex-presidente e de seu governo, cada uma com quatro alternativas de resposta. O questionário foi respondido por seiscentas pessoas, em sua maioria alunos do Ensino Fundamental e Médio. O presente trabalho tem como objetivo examinar os dados coletados, procurando compreender o significado das respostas para a construção de um imaginário popular contemporâneo sobre a figura de Getúlio Vargas.

**Palavras-chave:** Getúlio Vargas. Pesquisa Quantitativa. Imaginário Popular.

#### ABSTRACT

This article analyzes the results of the research project “O mito Getúlio Vargas 70 anos após sua morte”, conducted in 2024 by Professor and historian Guilherme José Motta Faria, in collaboration with members of the research group “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ). The study developed a questionnaire consisting of ten questions regarding perceptions of the former president and his government, each offering four response options. The survey was completed by six hundred participants, mostly elementary and high school students. This paper aims to examine the collected data in order to understand the significance of the responses in shaping a contemporary popular perception of Getúlio Vargas.

**Keywords:** Getúlio Vargas. Quantitative Research. Popular Imagination.

#### INTRODUÇÃO

Os governos de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) marcaram profundamente a história política, social e econômica do Brasil no século XX. Em 1930, Vargas chegou ao poder por meio do golpe autoproclamado “Revolução de 1930”, encerrando a Primeira República (1889-1930) e inaugurando um período de centralização e modernização do

<sup>1</sup> Doutor em História Social pelo PPGH-UFF e professor da SEEDUC/RJ e do IFRJ. E-mail: [andrebraga@yahoo.com.br](mailto:andrebraga@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutora em História Social pelo PPGH-USP e professora de Relações Internacionais da UVA e da Uniasselvi. E-mail: [mcoann@hotmail.com](mailto:mcoann@hotmail.com).

Estado brasileiro. Entre 1930 e 1945, houve avanços significativos na industrialização – com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – e nas políticas trabalhistas – com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, que buscavam integrar as massas urbanas ao projeto nacional.

Entretanto, as décadas de 1930 e 1940 também foram marcadas por retrocessos: a constituição de um governo de caráter autoritário e repressivo, afeito à suspensão de liberdades democráticas, principalmente no decurso da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), houve uma definição do papel do Estado como eixo central de um projeto nacional-desenvolvimentista, caracterizado pelo crescimento econômico, pela implantação de políticas industriais, pela criação de estatais – como a Petrobras – e pela ampliação do mercado de trabalho, promovendo maior inclusão social. Diferentemente do que havia ocorrido no primeiro governo, esses avanços foram alcançados dentro de um contexto democrático, marcado por uma integração entre desenvolvimento econômico e direitos sociais, bem como pelos desafios de conciliar as demandas populares com os interesses das elites econômicas e políticas. O crescente desgaste político – impulsionado por pressões internas e externas – culminou na trágica morte de Getúlio, em 1954, com seu suicídio.

Os distintos desdobramentos e os legados dos dezoito anos de governos de Vargas suscitam, a qualquer tempo, reflexões e debates sobre as mais diferentes temáticas, que revelam a complexidade e as múltiplas facetas dessa figura política e dos momentos em que esteve no poder. Contudo, é com a chegada do aniversário de determinadas efemérides que tais reflexões ganham mais destaque, ao serem realizadas em contextos de rememoração. É o caso do suicídio de Vargas, que completou, em 24 de agosto de 2024, setenta anos. Como bem mostrou Marieta de Moraes Ferreira (2007), ao analisar as distintas comemorações do legado de Vargas ocorridas nessa data fatídica em diferentes temporalidades, tais momentos são importantes para compreendermos os mecanismos de construção e funcionamento da memória brasileira, bem como os usos políticos do passado.

Justamente em virtude disso, o professor e historiador Guilherme José Motta Faria organizou e aplicou, no ano de 2024, em colaboração com os membros do grupo de pesquisa “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos” (UERJ), a pesquisa intitulada “O mito Getúlio Vargas 70 anos após sua morte”. Ela consistiu na elaboração de

um formulário com dez questões a respeito de impressões sobre o legado do ex-presidente e de seu governo, com quatro alternativas de resposta para cada enunciado. O questionário foi respondido por seiscentas pessoas, de diferentes estados do Brasil, sendo a maioria formada por alunos do Ensino Fundamental e Médio.

A partir da análise das centenas de respostas recebidas, Guilherme José Motta Faria e alguns membros do grupo “Dimensões do Regime Vargas” apresentaram oralmente reflexões sobre a construção dos imaginários populares e da memória histórica em torno da figura do ex-presidente e de sua administração. Essa apresentação ocorreu durante o evento intitulado *70 anos da morte de Getúlio Vargas: construção de memória e legado político*, realizado na Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, em outubro de 2024<sup>3</sup>. Além dessa conferência, decidiu-se organizar outro produto com os resultados da pesquisa: o presente dossiê da revista *Aquila*, oportunidade de registrar por escrito tais reflexões.

Apresentadas essas informações, resta informar que este artigo tem como objetivo compreender os resultados do questionário aplicado no âmbito da pesquisa “O mito Getúlio Vargas 70 anos após sua morte”, a partir das reflexões sobre cada uma das dez perguntas formuladas e suas respectivas respostas. Assim, além desta introdução e das considerações finais, o artigo apresenta, a seguir, sua parte mais substancial, na qual será realizada a análise das seiscentas respostas fornecidas, procurando contribuir para a compreensão dos imaginários contemporâneos a respeito das múltiplas facetas dessa figura política e de seus governos.

## GETÚLIO VARGAS NO IMAGINÁRIO POPULAR DOS JOVENS EM 2024

Os imaginários sociais são construídos a partir dos desejos, aspirações, motivações e experiências dos agentes sociais. Assim, constituem um sistema complexo e interativo, que envolve a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando diferentes sistemas simbólicos e atuando na construção de múltiplas representações (Baczko, 1985; Lago, 2021). Enquanto construções históricas, esses imaginários variam no tempo e no espaço, de acordo com as formas específicas que cada comunidade tem de senti-los, reproduzi-los e renová-los. A despeito de suas particularidades, representam uma das forças reguladoras da vida coletiva, pois todas as sociedades precisam imaginar e

---

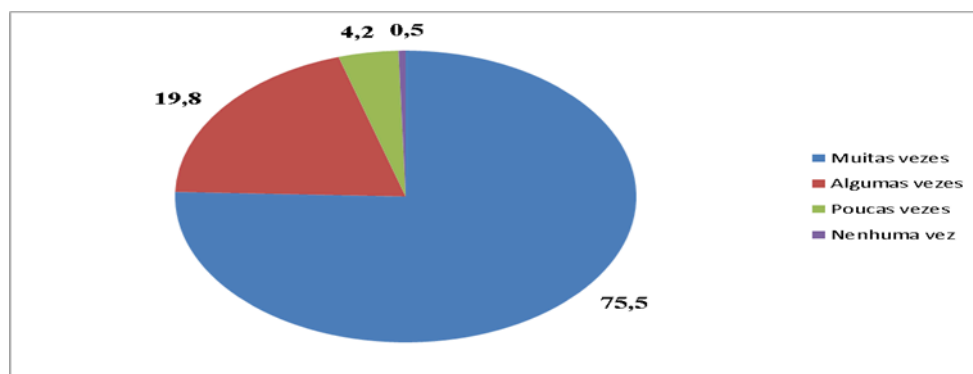
<sup>3</sup> O evento foi gravado e está disponível no “Canal do Gualar”, pertencente ao professor Guilherme José Motta Faria. **Seminário Vargas 70 anos de sua morte: Memória e Legado**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gKpkOK9Nvic>. Acesso em: 7 de dezembro de 2024.

inventar a legitimidade que atribuem ao poder para que este, além de poderoso, também seja legítimo (Baczko, 1985; Lago, 2021).

Com base nessas definições e compreensões, o questionário da pesquisa será analisado, com o objetivo de interpretar as percepções – sobretudo entre os jovens – acerca da figura política, dos governos, das ações e dos legados de Getúlio Vargas para a história brasileira. Seguindo a ordem das perguntas do formulário, a primeira questão apresentada indagou aos participantes se já haviam ouvido falar de Getúlio Vargas.

Conforme demonstrado no gráfico 1, 75,5% responderam afirmativamente, dizendo que sim, muitas vezes. Outros 19,8% também disseram que sim, embora tenham tido contato com o nome do ex-presidente apenas algumas vezes. Somadas, essas duas porcentagens indicam que 95,3% dos entrevistados ouviram falar de Vargas com alguma frequência. Em contrapartida, 4,2% afirmaram tê-lo ouvido poucas vezes, e 0,5%, nenhuma vez. Juntas, essas respostas representam apenas 4,7% do total. Ou seja, a esmagadora maioria dos participantes tem algum conhecimento sobre Getúlio Vargas, sendo que apenas 0,5% – o equivalente a três pessoas, em um universo de 600 – declararam desconhecer completamente essa figura histórica.

**Gráfico 1** – Resposta para a primeira pergunta: “Você já ouviu falar de Getúlio Vargas?”



**Fonte:** Extraído do resultado da pesquisa.

Como pode ser explicada essa popularidade de Getúlio Vargas? Principalmente três aspectos possibilitam compreendê-la. O primeiro é a longevidade dessa figura histórica no poder, como presidente do Brasil – ele permaneceu quase 19 anos no cargo máximo do Executivo. Devido a essa especificidade, tal assunto acaba ganhando destaque e sendo amplamente abordado ao longo da trajetória escolar brasileira, especialmente na disciplina

de História. O fato de a maior parte dos entrevistados da pesquisa analisada cursar o Ensino Médio ou já tê-lo concluído reforça esse argumento.

O segundo aspecto que contribuiu para tornar Vargas muito conhecido é a forma trágica como morreu – no palácio presidencial, ainda no exercício do poder (Ferreira, 2011). Sem dúvida, essa circunstância provoca um impacto marcante em quem entra em contato com essa história, que dificilmente é esquecida.

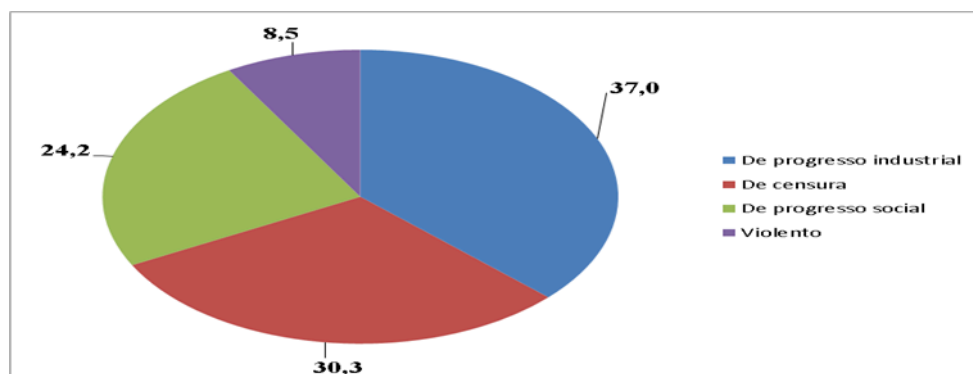
Por fim, o terceiro fator é a quantidade de ruas, avenidas, escolas, hospitais, praças, entre outros espaços públicos, que levam o nome Getúlio Vargas em diversas partes do Brasil – muitos deles nomeados durante o próprio governo do ex-presidente, especialmente no período da ditadura do Estado Novo.

A segunda questão apresentada no formulário consultou os participantes sobre qual teria sido a principal marca do primeiro governo de Vargas (1930-1945). Ou seja, pela periodização escolhida, tal pergunta deixou de fora da avaliação o governo democrático (1951-1954). Quando se pensa nos 15 anos iniciais da administração varguista, qual a primeira impressão que vem à mente?

Para 37,0% dos respondentes, tratou-se principalmente de um período de progresso industrial. Outros 24,2% consideraram que se tratou, sobretudo, de anos de progresso social. Somadas, essas respostas indicam que 61,2% avaliaram, de modo geral, a experiência do governo Vargas como positiva.

Em contraposição a essa visão, 30,3% dos participantes apontaram aquele período como marcado pela censura, e 8,5% o consideraram violento. Juntas, essas respostas representam 38,8% que, em linhas gerais, entenderam a experiência do governo Vargas como negativa.

**Gráfico 2** – Resposta para a segunda pergunta: “O governo Vargas (1930-1945) foi marcadamente...”

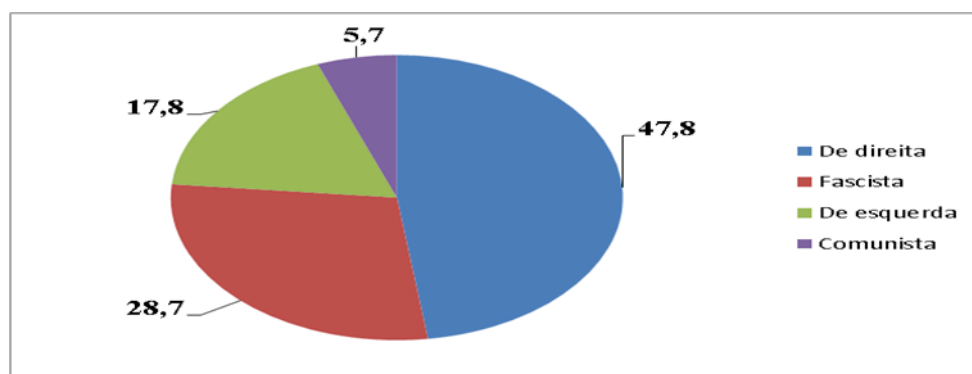


Fonte: Extraído do resultado da pesquisa.

Ainda que a avaliação positiva tenha superado a negativa em 20,0%, os números revelam certo equilíbrio. Não há consenso a respeito dessa questão – reflexo do caráter ambíguo do primeiro governo Vargas, que promoveu tanto avanços, como a industrialização, a legislação trabalhista e a valorização da cultura nacional, quanto retrocessos, como o controle estatal sobre os sindicatos, a censura e a perseguição, tortura e morte de opositores políticos.

A terceira questão apresentada no questionário perguntou, na avaliação dos participantes, qual vertente ideológica Getúlio Vargas representaria politicamente. Como resultado, 47,8% afirmaram que o ex-presidente era de direita. Outros 28,7% o identificaram com o espectro fascista – o que pode ser compreendido como uma forma de extrema direita. Já 17,8% interpretaram o gaúcho como sendo de esquerda. Por fim, 5,7% o classificaram como comunista.

**Gráfico 3** – Resposta para a terceira pergunta: “Vargas, ideologicamente, era um político...”



Fonte: Extraído do resultado da pesquisa.

Atualmente, a interpretação mais adotada na historiografia é a de que Getúlio Vargas foi um político conservador, de direita, que buscou uma “via” alternativa tanto ao capitalismo liberal quanto ao comunismo (D’Araujo, 2000). É assim que ele também é representado nos livros didáticos. Não à toa, quase metade dos entrevistados optou por essa alternativa.

Contudo, o resultado da pesquisa mostra que ainda é muito forte a identificação do ex-presidente com o fascismo – sendo essa a segunda opção mais escolhida. A explicação para isso também está na escrita da História. Nas décadas de 1970 e parte dos anos 1980, uma interpretação que ganhou força baseava-se na concepção do governo Vargas como fascista. Ela atribuía à experiência política brasileira dos anos 1930 e 1940, especialmente

à ditadura do Estado Novo, um controle absoluto sobre a sociedade – de modo que tal regime poderia ser considerado totalitário, tal como o nazismo e o fascismo (Capelato, 2007).

Segundo essa interpretação, Vargas teria conseguido o controle total da sociedade, sem qualquer espaço – ainda que mínimo – para pensamentos contrários ou oposições. Seu governo seria totalmente coeso, sem contradições ou divergências de projetos de país entre seus ministros. Nessa visão, a classe trabalhadora serviria apenas como massa de manobra para os ideais do presidente, sem margem de autonomia para avaliar ou escolher as melhores estratégias rumo a uma vida melhor. A historiografia atual, no entanto, relativiza essa interpretação do período Vargas como um governo totalitário e fascista.

De fato, houve influência do nazismo e do fascismo – por exemplo, na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura, mas não ocorreu um controle absoluto. A classe trabalhadora teve alguma autonomia, e havia muitas contradições entre os ministros de Vargas, que, por vezes, apresentavam projetos distintos para o país.

O caso da criação da Juventude Brasileira é revelador desse limite imposto por Vargas quanto à aproximação com o fascismo. O então ministro da Justiça, Francisco Campos, propôs em 1938 a criação de uma organização nacional da juventude. A ideia era formar milícias entre os jovens, armando-as. A administração varguista avaliou o projeto e não o aprovou nos moldes apresentados. A proposta de militarizar e armar os jovens não foi levada adiante e, em 1940, foi criada a Juventude Brasileira apenas como uma organização de culto aos heróis nacionais, ao hino e à bandeira (Horta, 1994; Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984). Ou seja, Getúlio pisou no freio – havia um limite entre o seu governo e o fascismo.

A despeito desse aspecto, o que mais chama a atenção nas respostas a essa pergunta do questionário é a quantidade expressiva de entrevistados que considerou Vargas de esquerda ou comunista. Foram significativos 23,5%. Essa interpretação é a mais surpreendente porque não há nenhum elemento político, nos estudos produzidos pela historiografia ou nos livros didáticos, que faça qualquer associação entre Vargas e a esquerda. Ao contrário, tais fontes sempre reforçam o combate implacável que o ex-presidente promoveu ao comunismo e aos seus simpatizantes, principalmente após a chamada Intentona Comunista de 1935, que permitiu ao governo criar uma estrutura de

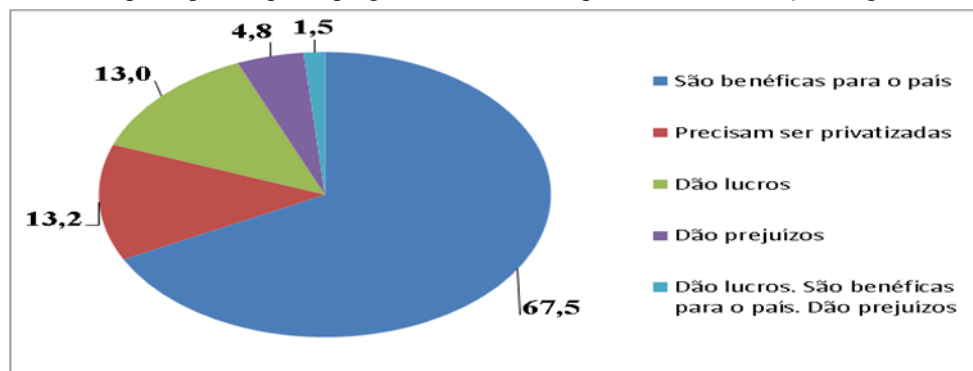
Estado para perseguir e prender pessoas ligadas à esquerda. Então, por que esse imaginário de Vargas como figura de esquerda ainda persiste entre os entrevistados?

Uma possível explicação está relacionada a determinadas posições que, nos dias de hoje – em 2024 – são geralmente associadas à esquerda, e que, por coincidência, Vargas também defendia: como a proteção aos interesses nacionais frente ao capital estrangeiro, a maior intervenção do Estado na economia e na área social, e a defesa das classes trabalhadoras, buscando melhorar suas condições de vida.

Por sua vez, a quarta questão do formulário perguntou sobre a importância e a utilidade das empresas estatais criadas durante os governos de Getúlio Vargas, ou seja, se, na opinião dos respondentes, essas companhias deveriam permanecer como ativos estatais ou não. A esmagadora maioria, 67,5%, respondeu que tais empresas são benéficas para o país, e 13,0% afirmaram que elas dão lucro. Somando-se essas duas alternativas, temos 80,5% que avaliam como positiva a existência de empresas estatais.

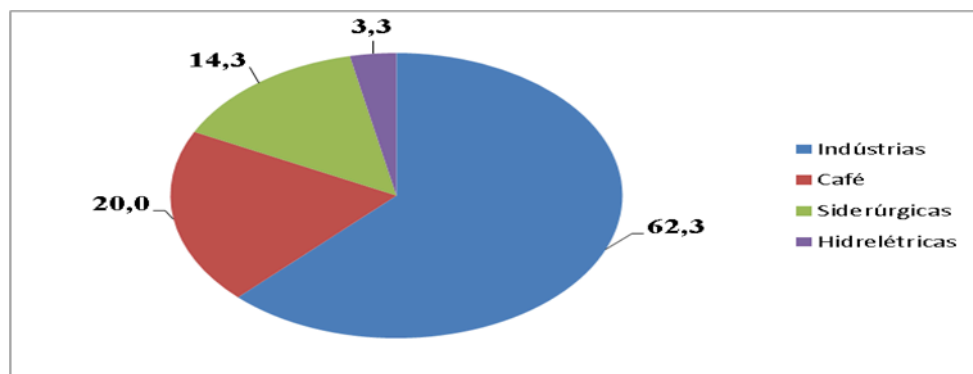
Já 13,2% afirmaram que essas companhias precisam ser privatizadas, e 4,8% disseram que dão prejuízo. Somando esses dados, temos 18% que julgam negativa a manutenção das empresas públicas criadas nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Por fim, 1,5% marcaram mais de uma alternativa no questionário, o que inviabiliza a utilização dessas respostas.

Apesar do crescimento político da extrema-direita em diversas partes do mundo nos últimos anos – e da intensificação da aplicação da cartilha neoliberal com a consequente redução do papel do Estado – os dados revelam que a grande maioria dos respondentes enxerga as empresas estatais fundadas durante os governos de Vargas como estratégicas para fortalecer a soberania nacional e fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil.

**Gráfico 4** – Resposta para a quarta pergunta: “Sobre as empresas estatais, criação do governo Vargas”

Fonte: Extraído do resultado da pesquisa.

Dando continuidade à análise proposta, chega-se à quinta pergunta, que versa sobre a percepção dos respondentes a respeito da atuação de Getúlio Vargas no fomento ao desenvolvimento econômico do país. Era preciso apontar qual área foi considerada prioritária para o ex-presidente. A esmagadora maioria, 62,3%, optou pelo setor industrial, seguida por 20,0% que indicaram o setor do café, 14,3% o setor siderúrgico e, por fim, 3,3% o setor hidrelétrico.

**Gráfico 5** – Resposta para a quinta pergunta: “Que setor econômico foi o mais beneficiado na Era Vargas?”

Fonte: Extraído do resultado da pesquisa.

Que leitura pode ser feita dessas escolhas? De fato, as quatro áreas apresentadas como opção receberam um olhar atento de Vargas. Contudo, a questão da industrialização e da mediação do Estado na regulamentação do mercado de trabalho e na criação das leis trabalhistas – ao buscar uma “harmonia entre as classes” – foi a grande bandeira varguista.

A historiografia e os livros didáticos de História atribuem grande destaque a essa questão ao se referirem à chamada Era Vargas. De fato, na época, os índices de

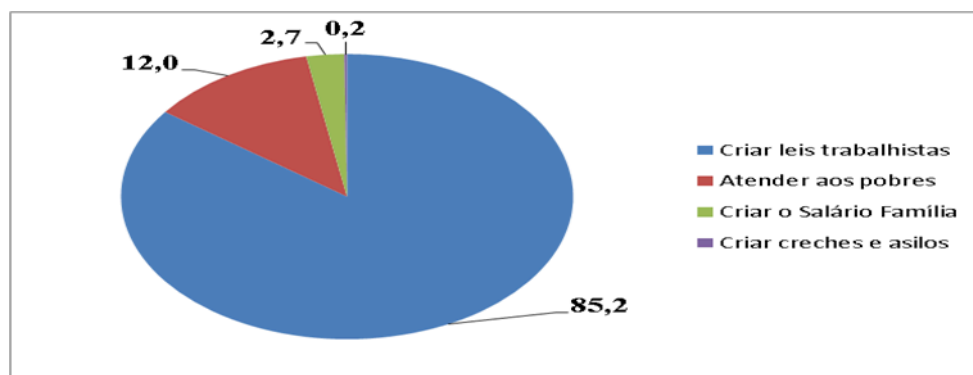
crescimento do setor industrial passaram a superar os do agrário (D'Araujo, 2004, p.52). Portanto, era de se esperar que a maioria das respostas optasse por essa alternativa. Por ser a mais abrangente em relação ao desenvolvimento industrial, aparecem como complemento, e, portanto, em menor número, as respostas referentes aos setores hidrelétrico e siderúrgico. Esses últimos foram partes de um investimento maior, ao se buscar estabelecer a indústria pesada, com a criação, por exemplo, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945) e da Companhia Siderúrgica Nacional (1941).

É curioso o setor do café ter sido a segunda opção mais escolhida, com significativos 20% do total, tendo em vista que impera no imaginário popular e na historiografia – como justificativa principal para o movimento da chamada Revolução de 1930 – a retirada do poder das oligarquias paulistas dominantes, justamente as responsáveis pela produção de café no Brasil.

Contudo, não há contradição nisso, pois também já foi bastante difundido que Vargas, ao chegar ao poder, percebeu que não poderia abrir mão do café, produto ainda com peso fundamental nas exportações. Inclusive, desenvolveu uma política de valorização do produto, queimando, em 1932, uma parte do estoque como estratégia para estabilizar os preços e melhorar a economia, abalada pela crise de 1929 (Barros, 2023).

Passando agora para a sexta questão apresentada no questionário, ela indagou o que pode ter contribuído para a atribuição do título “pai dos pobres” a Getúlio Vargas. Como resultado, 85,2% relacionaram o título à criação das leis trabalhistas. Os 14,8% restantes ficaram distribuídos em 12% para a atenção aos pobres, 2,7% para a criação do salário-família e 0,1% para a criação de creches e asilos, conforme pode ser notado no gráfico 6.

**Gráfico 6** – Resposta para a sexta pergunta: “Pai dos pobres”. Esse título Vargas recebeu por conta de...”



Fonte: Extraído do resultado da pesquisa.

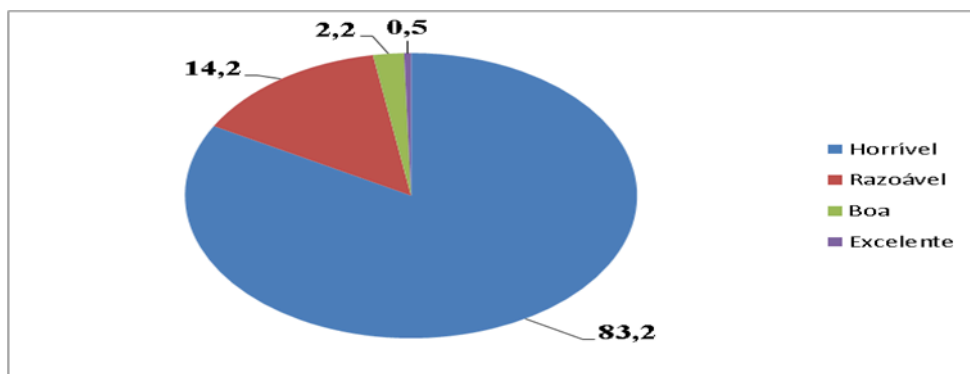
A resposta revela que os distintos esforços realizados pela propaganda política da época para a construção de uma imagem de Vargas como “pai dos pobres” – sobretudo durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) – foram bem-sucedidos. Tal empenho combinou aspectos simbólicos – produzidos, sobretudo, por meio de discursos políticos, do rádio, das propagandas governamentais e dos espetáculos de poder (festas cívicas como o Primeiro de Maio) – com aspectos materiais, promovidos a partir da promulgação da legislação trabalhista, reunida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e de políticas sociais, responsáveis por mudanças significativas nas condições de vida e de trabalho da população (Gomes, 2002; Capelato, 2009; Schemes, 2013; Lago, 2021).

Como a historiografia demonstrou, essa combinação simbólica e material procurou invisibilizar tanto a legislação trabalhista – ainda que incipiente – existente antes da chegada de Vargas ao poder, quanto à histórica luta dos operários em prol dos seus direitos trabalhistas. Houve a tentativa de controlar os trabalhadores e ocultar a censura e a repressão típicas do período, especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (Secreto, 2007; Cytrynowicz, 2002; Lago, 2021). Por fim, Vargas construiu uma imagem de seu governo como o único capaz de proporcionar aos brasileiros a felicidade, a harmonia entre as classes sociais e melhores condições de vida e de trabalho – possibilitadas, conforme anunciado pelo DIP, pela “clarividência” do então presidente na promulgação da legislação trabalhista e na implementação de políticas sociais.

No que tange às demais respostas, elas também podem ser compreendidas a partir do que foi mencionado, ainda que revelem aspectos menos citados, estudados ou lembrados quando comparados com a elaboração da legislação trabalhista. No caso do salário família, por exemplo, esteve associado às políticas mais diretas do Estado voltadas às famílias numerosas e humildes, conforme estabelecido no decreto-lei nº 3.200, assinado no dia 19 de abril de 1941, o qual dispunha “sobre a organização e proteção da família”.

Já a sétima questão perguntou sobre a percepção acerca da ditadura para um país. Como resultado, 83,2% consideraram horrível, 14,2% responderam razoável e os demais identificaram como boa e excelente, conforme pode ser notado no gráfico 7.

**Gráfico 7** – Resposta para a sétima pergunta: “O que você acha da ditadura para um país?”



**Fonte:** Extraído do resultado da pesquisa.

Embora a maioria das pessoas tenha respondido como horrível uma ditadura ser implementada em um país, chama a atenção que 14,2% identifiquem essa situação como algo razoável. Por se tratar de uma questão objetiva, que não identifica o país e/ou a ditadura, é difícil aferir os critérios adotados pelos participantes da pesquisa para respondê-la – sobretudo os que assinalaram razoável, boa e excelente.

O contexto mundial e nacional em que estamos vivendo, marcado por distintas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais, pode auxiliar na compreensão da identificação como razoável, boa e excelente. Esse contexto – que é percebido por alguns autores como de crise das democracias liberais ou de morte das democracias – revela as insatisfações crescentes de uma parcela da população com a democracia e suas instituições. Tal situação torna-se cada vez mais evidenciada por meio, entre outros fatores, da ascensão de políticos “outsiders”, da falta de confiança nas instituições e de manifestações antidemocráticas (Castells, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018).

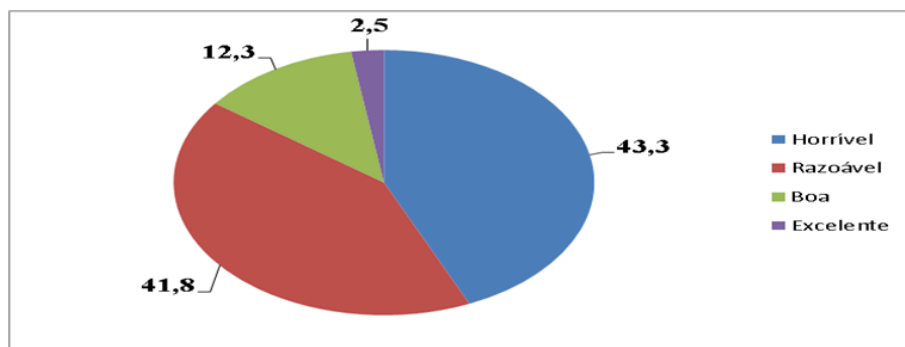
Mesmo alguns políticos latino-americanos, como Jair Bolsonaro e Javier Milei, têm exaltado e/ou suavizado o legado repressivo de governos autoritários e de seus representantes – regimes que marcaram profundamente e negativamente as sociedades brasileira e argentina. Tais posicionamentos encontram respaldo em parte das sociedades mencionadas, trazendo à tona reflexões e revisionismos históricos a respeito dos legados das ditaduras nesses países.

Isso tudo também contribui para que, em pesquisas de opinião aplicadas nesses e em outros países da América Latina, a porcentagem de preferência pela democracia diminua, com um aumento da percepção de que ela nem sempre é a melhor forma de governo e/ou de que o autoritarismo não seria ruim em alguns casos – especialmente

quando sua implementação supostamente trouxesse melhores condições de vida ou segurança<sup>4</sup>.

Partindo para a oitava questão, ela perguntou acerca da percepção da ditadura do Estado Novo brasileiro para o país. Como resultado, 43,3% consideraram horrível, 41,8% responderam razoável, 12,3% avaliaram como boa e 2,5% como excelente, conforme pode ser notado no gráfico 8.

**Gráfico 8** – Resposta para a oitava pergunta: “Como foi a ditadura Vargas (1937-1945) para o Brasil?”



**Fonte:** Extraído do resultado da pesquisa.

É interessante comparar as respostas dessa questão com a anterior, para observarmos o contraste entre elas. Na resposta da pergunta precedente, a maioria identificou a adoção de uma ditadura em um país como horrível. No entanto, quando as pessoas são perguntadas acerca de uma em particular, a estadonovista, há uma distinção na percepção sobre o fenômeno. Ademais, cabe mencionar que a diferença entre horrível e razoável foi de apenas 1,5%.

Como é uma pergunta que possui respostas objetivas, é difícil aferir, com segurança, quais os critérios adotados pelos respondentes para considerarem que a ditadura estadonovista foi razoável, boa ou excelente. Ao olharmos para as perguntas e respostas anteriores do questionário, verificamos que há percepções positivas acerca dos legados social e industrial dos governos de Vargas para o país. Mesmo na segunda questão, em que

<sup>4</sup> De acordo com pesquisa promovida pelo Latinobarómetro em 2023, apenas 48% dos latino-americanos apoiam hoje a democracia como regime político, indicando uma diminuição de 15 pontos percentuais em comparação com a pesquisa de 2010, enquanto o apoio ao autoritarismo aumentou. Especificamente sobre o Brasil, a pesquisa revela que 46% apoiam a democracia mais do que qualquer outro tipo de governo. O levantamento aponta ainda que 17% dos latino-americanos concordam com a expressão “um governo autoritário pode ser melhor”, frente aos 15% registrados 13 anos antes. Disponível em: **Latinobarómetro**. Acesso em: 14 dez. 2024.

foi perguntado sobre a marca do governo Vargas, os dois legados supracitados se sobressaem à censura e à violência.

Partindo dessa constatação, poderíamos novamente mencionar que as percepções podem estar amparadas nas imagens e nas realizações que foram configuradas durante o Estado Novo (1937-1945), mas ainda amplamente reproduzidas em momentos posteriores. Elas fazem parte dos esforços governamentais empreendidos que, por meio do uso intenso do rádio e dos distintos materiais produzidos pela propaganda política, produziram imagens de um “tempo novo” e “festivo”, em que reinavam a felicidade, a harmonia entre as classes sociais, o progresso e melhores condições de vida e de trabalho para os brasileiros.

Essa visão ocultou – ou deixou em segundo plano – a censura e a repressão àqueles que foram identificados como inimigos do regime. Vale mencionar os diversos produtos com a imagem de Vargas (moedas, quadros, revistas, bustos, entre outros), bem como as reproduções fotográficas do presidente, incluindo suas aparições em meio a crianças e idosos, em que ele estava quase sempre sorrindo – o que também serviu para distanciá-lo do imaginário de um ditador tradicional.

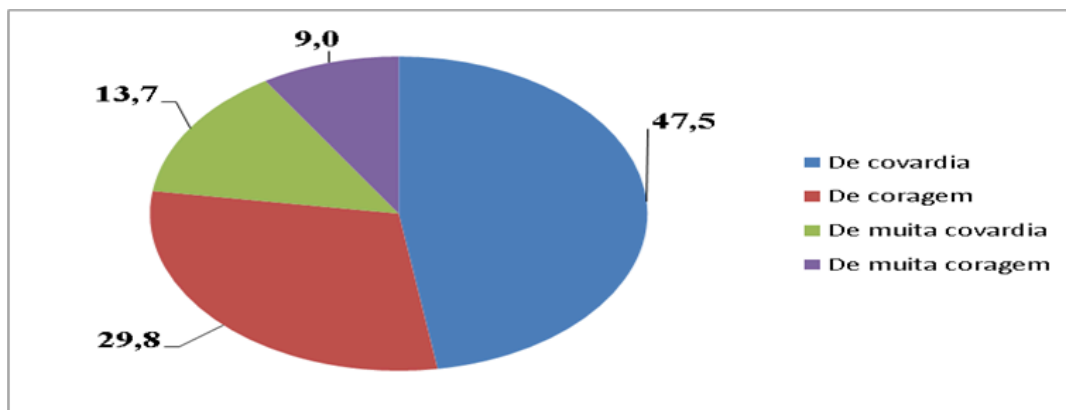
Esses aspectos imateriais foram combinados com a promulgação da legislação trabalhista e das políticas sociais supracitadas, bem como do seu uso intenso em diferentes materiais produzidos e difundidos durante e após esse período. Embora não tenha sido tema das perguntas ou respostas, o nacionalismo e o patriotismo desenvolvidos nos anos 1930 e 1940 também costumam aparecer como critérios para suavizar a censura e a repressão empreendidas nessas décadas.

Com relação aos legados identificados e mencionados em momentos posteriores, a própria campanha presidencial de 1950 e o segundo governo Vargas (1951-1954), bem como os herdeiros políticos de Getúlio, utilizaram intensamente as seguintes bandeiras definidas entre 1930 e 1945: modernização, industrialização, questões sociais e nacionalismo – sublimando o aspecto autoritário do Estado Novo. Por fim, o próprio suicídio e os seus desdobramentos, incluindo a comparação com a última ditadura que vivemos, de 1964 a 1985, também podem ter contribuído para uma percepção mais branda acerca da ditadura ocorrida de 1937 a 1945.

Analisando agora a nona questão, ela perguntou sobre a percepção acerca do suicídio de Vargas. Como resultado, 47,5% consideraram um ato covarde, 29,8% um ato

corajoso, 13,7% muito covarde e 9% de muita coragem, conforme pode ser notado no gráfico 9.

**Gráfico 9** – Resposta para a nona pergunta: “Com seu suicídio, Getúlio teve um ato...”



**Fonte:** Extraído do resultado da pesquisa.

Essa questão é um pouco mais complexa de ser analisada, pois as respostas podem abarcar uma interpretação tanto sobre o suicídio, em geral, quanto a respeito do ato de Vargas, em particular. Por ser uma questão objetiva, caso o respondente tenha considerado a situação particular do suicídio do ex-presidente, também é difícil aferir quais acontecimentos do segundo governo Vargas e percepções sobre eles cada participante da pesquisa utilizou para atribuir um juízo de valor ao ato.

A despeito do que foi comentado, as respostas possibilitam refletir sobre as percepções acerca da figura política de Vargas, dos desafios enfrentados em seu segundo governo e dos desdobramentos de sua morte na política brasileira. O período de 1951 a 1954 foi marcado por uma grave crise política, com denúncias de corrupção em seu governo e pressões de grupos políticos e empresariais para que ele se afastasse do poder. Ainda assim, Vargas procurou resistir – inclusive proferindo discursos nos quais defendia sua permanência na presidência da República e criticava seus adversários políticos. Na madrugada anterior à sua morte, ele recebeu um ultimato militar exigindo que renunciasse ao cargo. Ante essa pressão, o então presidente decidiu “sair da vida para entrar na história” (Colares, 2023; Fidelis, 2023).

A notícia do suicídio de Vargas causou uma comoção nacional, expressa em manifestações em diferentes capitais, que endossaram a complexidade dessa figura política. Em diversos lugares do país, houve momentos de tensão e de violência, revelando

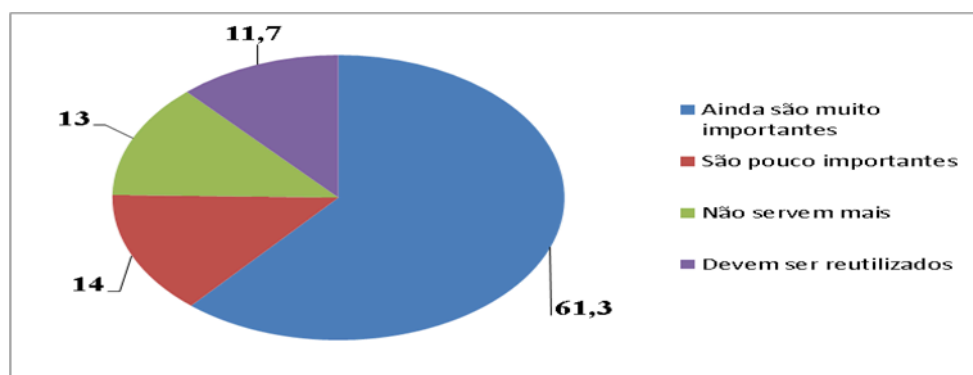
a revolta popular – incluindo greves, tumultos, incêndios e depredações de prédios, máquinas e produtos associados a figuras antigetulistas. Um exemplo foi a reação violenta contra o jornal *Tribuna da Imprensa*, do opositor Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro.

Também houve a depredação de vidraças de restaurantes, cinemas e lojas que não necessariamente tinham associação com o antigetulismo. Diante disso, líderes sindicais, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outras figuras que apoiavam Vargas procuraram conter as revoltas populares e conscientizar os manifestantes de que tais ações reforçariam as imagens negativas a respeito do ex-presidente (Colares, 2023).

O suicídio provocou um processo de luto e de reflexão sobre o legado político de Vargas que se estende até os dias atuais – incluindo diferentes comemorações e leituras sobre essa figura e avaliações de suas ações governamentais, como bem mostrou Marieta de Moraes Ferreira (2007). Posteriormente, o ato de Vargas foi interpretado por parte da sociedade e da historiografia como algo que evitou um golpe militar já em 1954, atrasando-o por dez anos.

Por fim, na décima e última questão foi perguntado a respeito do mito e do legado político de Vargas nos dias de hoje. Como resultado, 61,3% consideraram que ainda são muito importantes, e 14% que são pouco importantes. Por sua vez, 13% avaliaram que não servem mais, e 11,7% que devem ser reutilizados – conforme pode ser notado no gráfico 10.

**Gráfico 10** – Resposta para a décima pergunta: “O mito de Vargas e seu legado político nos dias de hoje...”



**Fonte:** Extraído do resultado da pesquisa.

Essa questão não permite aferir, com segurança, os critérios que cada um dos respondentes identificou para refletir sobre a importância do mito e do legado político de Vargas para os dias atuais. Em outras palavras, é difícil identificar qual das facetas dessa

figura política e de seus governos cada um prioriza e ressignifica atualmente. Ainda assim, é interessante notarmos que a maior concentração em “ainda são muito importantes” revela – ou reforça – o peso inegável que Vargas tem para a história política brasileira, em virtude das inúmeras questões já apresentadas aqui, como modernização, industrialização e legislação trabalhista.

Também é interessante observarmos como as percepções são heterogêneas – conforme apontado por Ferreira (2007), ao analisar as lembranças da morte de Vargas desde 1964 até 2004. As reflexões dessa historiadora, ao investigar quais elementos da figura política do ex-presidente foram utilizados em diferentes momentos da história política brasileira, permitem que coloquemos no contexto em que estamos inseridos um peso significativo na influência das percepções que temos sobre o legado de Vargas.

Nos anos 2000, houve a demanda por um projeto nacional que propiciasse um retorno ao crescimento econômico e uma diminuição das desigualdades sociais no país. A vitória de Lula em 2002 possibilitou a retomada de alguns ideais ligados ao legado de Vargas, especialmente a defesa de um projeto nacional, das empresas estatais e do desenvolvimento econômico brasileiro. Um exemplo visual desse contexto é uma foto do presidente Lula com uma das mãos sujas de petróleo, lembrando uma imagem similar do presidente Vargas nos anos 1950, quando da criação da Petrobras.

## CONCLUSÃO

Neste artigo, analisamos os resultados da pesquisa “O mito Getúlio Vargas 70 anos após sua morte”, a qual consistiu na aplicação, no ano de 2024, de um questionário a respeito do legado de Getúlio Vargas para 600 alunos do Ensino Fundamental e Médio. O objetivo foi analisar as respostas dadas, refletindo sobre quais imaginários em relação ao ex-presidente estão presentes atualmente e quais visões são dominantes. O estudo revelou que Vargas é uma figura política bastante conhecida e que seu legado político ainda tem muita importância para a maior parte das pessoas que preencheram o questionário.

Condensando as respostas majoritárias, o estudo identificou que, no imaginário dominante dos participantes da pesquisa:

- já tinha ouvido falar muitas vezes do ex-presidente;
- o governo Vargas foi marcado pelo progresso industrial;
- ideologicamente, o gaúcho foi percebido como um político de direita;

- as empresas estatais, criadas em sua administração, são vistas como benéficas ao país;
- o setor econômico mais beneficiado no período foi o das indústrias;
- Getúlio recebeu o título de “Pai dos pobres” por ter criado as leis trabalhistas;
- as ditaduras, em geral, são vistas como um regime político horrível (com 83,2% das respostas marcando “horrível” e 14,2% “razoável”);
- a ditadura de Vargas foi considerada horrível para o Brasil – ainda que, nesse caso, a porcentagem de “horrível” (43,3%) tenha quase empatado com “razoável” (41,8%);
- o suicídio de Vargas foi interpretado majoritariamente como um ato de covardia;
- e o mito Vargas e seu legado político ainda são considerados importantes nos dias de hoje.

## REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *In*: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p.296-332.

BARROS, Orlando de. A economia brasileira. *In*: MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (Org.). **Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio**. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2023. p.171-177.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007. p.183-213.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COLARES, Larissa Leite. A repercussão da morte do presidente. *In*: MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (Org.). **Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio**. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2023. p.294-299.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. *In:* GOMES, Angela de Castro *et al.* **Vargas e a crise dos anos 50**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011. p.61-96.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Getúlio Vargas – uma memória em disputa. *In:* STABILI, Maria Rosaria (*Org.*). **Entre Histórias y Memórias**. Los desafios metodológicos del legado reciente de América Latina. Madrid: Iberoamericana, 2007. p.20-36.

FIDELIS, Thiago. Crise e os últimos momentos de Vargas. *In:* MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (*Org.*). **Dicionário do Governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio**. Rio de Janeiro: Editora 7letras, 2023. p.288-294.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HORTA, José Silvério Baia. A Juventude Brasileira: da mobilização ao civismo. *In:* \_\_\_\_\_. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p.205-287.

LAGO, Mayra Coan. **Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo**. 2021. 305 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22062021-195720/pt-br.php>. Acesso em: set. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SCHEMES, Claudia. O controle social e as festas cívicas no Brasil de Getúlio Vargas (1937/1945) e na Argentina de Juan Domingo Perón (1946/1955). **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Espírito Santo, n.30, p.335-361, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. Contenção das mulheres, mobilização dos jovens. *In:* \_\_\_\_\_. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. p.107-140.

SECRETO, María Veronica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

